

PLO 0004/2002

JUSTIFICATIVA

O IPTU - "Imposto Predial e Territorial Urbano" é a principal fonte de arrecadação da Cidade de São Paulo.

Anualmente o executivo, visando aumentar a arrecadação do município, encaminha à Câmara Municipal o Projeto de Lei do aumento do IPTU, sem que a população participe da sua análise ou discussão, uma vez que no final de cada ano a aprovação da proposta orçamentária da Prefeitura é o assunto principal na Câmara Municipal.

Assim, nada mais justo que todo projeto sobre aumento de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), alteração de alíquota de ISS (Imposto Sobre Serviço) ou qualquer matéria tributária tenham, como determina a Lei Orgânica, no mínimo 2 (duas) audiências públicas.

Os anexos I e II, que às vezes são tão importantes quanto o texto do Projeto de Lei, são discutidos superficialmente, seja na Câmara ou na imprensa, que muitas vezes não informa a população que Planta Genérica é uma Tabela de Valores, e não um desenho técnico como o nome pode sugerir.

A "Tabela de Valores do m² da construção" - Anexo I e a "Tabela de Valores do m² de terreno" - Anexo II, mais conhecido como "Planta Genérica de Valores", devem ser amplamente discutidos nas audiências públicas. Principalmente a "Planta Genérica de Valores", que poderá ser usada de forma arbitrária, como instrumento de política fiscal da Prefeitura e pode transformar o IPTU Progressivo em um tributo confiscatório.

A cidade deve ser avaliada através de uma correta pesquisa de mercado. O munícipe poderá até dar opiniões ou sugestões e o poder público deverá apresentar todas as justificativas de como foram elaborados e calculados os valores e os respectivos aumentos. A Planta Genérica de Valores deverá ser científica e tecnicamente bem trabalhada, a fim de que toda a cidade seja melhor avaliada e, num futuro próximo, possa ser chamada de "Planta Específica de Valores".

Desta forma, o conjunto Projeto de Lei com os respectivos anexos, seriam melhor analisados pela população e pelos Vereadores fazendo com que as avaliações e necessidades do Poder Público tivessem maior transparência.